

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 47 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10222211>



DA DOR À DIGNIDADE: UMA LEITURA CRÍTICA DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUE SUPERARAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Rogéria Fatima Madaloz¹

Joice Nara Rosa Silva²

Carla Rosane da Silva Tavares Alves³

Sirlei de Lourdes Lauxen⁴

Resumo

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno mundial, que não se restringe a uma determinada classe social, raça, idade, não importando a religião ou escolaridade. As agressões são divididas em variados tipos, como psicológica, sexual, moral e patrimonial, porém, no relacionamento violento, elas acontecem de formas sobrepostas. Esta pesquisa tem como objetivo investigar a história de vida de mulheres que vivenciaram situação de violência doméstica e conseguiram romper com o ciclo, investigando as suas percepções, o que contribuiu para a sua permanência em uma relação violenta e qual foi o momento estancado e a rede de proteção necessária para que a ruptura fosse possível. Assim, a partir de tais percepções dessas mulheres, busca-se trazer uma leitura crítica dessa realidade social. Metodologicamente, a pesquisa, de abordagem qualitativa, pelo procedimento de estudo de histórias de vida, realizada no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Panambi/RS, com três mulheres, que conseguiram romper com o ciclo da violência doméstica e foram encaminhadas para atendimento psicológico. Foram realizadas entrevistas individuais, com roteiro de questionário semiestruturado, com permissão para serem gravadas e transcritas na íntegra. Os temas investigados nas entrevistas versaram sobre a família de origem, sua família atual (companheiro e filhos), o início da violência, os tipos de violência sofrida, a rede de proteção primária e secundária, o momento de ruptura e as expectativas e planos para o futuro. A partir da análise dos resultados, foi possível verificar que os primeiros episódios de violência ocorreram já no início da relação (no namoro) e, com o passar do tempo, as agressões foram se intensificando, o que acarretou baixa autoestima e autoconfiança, fazendo com que se sentissem desamparadas e a cada episódio de violência vinha a reconciliação, em que a mulher passava novamente a acreditar na possível mudança de comportamento do companheiro, o que fez com que elas permanecessem na relação. Podemos concluir que as lutas contra a violência doméstica passam pela mudança sócio-histórico-cultural do patriarcalismo cultivado ao longo das décadas, e essa transformação só é possível por meio da articulação da temática na educação, minimizando a realidade da violência doméstica e trabalhando desde cedo os papéis masculino e feminino em sala de aula, de forma a oportunizar a desconstrução dos estereótipos dos papéis do “ser homem e ser mulher”.

Palavras-chave: Empoderamento; História de Vida; Rede de Apoio; Resistência; Violência Doméstica.

Abstract

Domestic violence against women is a worldwide phenomenon, which is not restricted to a certain social class, race, age, regardless of religion or education. Aggressions are divided into different types, such as psychological, sexual, moral and property, however, in violent relationships, they occur in overlapping ways. This research aims to investigate the life stories of women who experienced domestic violence and managed to break the cycle, investigating their perceptions, what contributed to their remaining in a violent relationship and what was the stagnant moment and the network of protection necessary for the rupture to be possible. Thus, based on these women's perceptions, we seek to bring a critical reading of this social reality. Methodologically, the research, with a qualitative approach, using the procedure of studying life stories, carried out at CREAS – Specialized Reference Center for Social Assistance in Panambi/RS, with three women, who managed to break the cycle of domestic violence and were referred for psychological care. Individual interviews were carried out, using a semi-structured questionnaire script, with permission to be recorded and transcribed in full. The themes investigated in the interviews dealt with the family of origin, their current family (partner and children), the beginning of the violence, the types of violence suffered, the primary and secondary protection network, the moment of rupture and the expectations and plans for the future. From the analysis of the results, it was possible to verify that the first episodes of violence occurred at the beginning of the relationship (during dating) and, as time went by, the attacks intensified, which led to low self-esteem and self-confidence, causing that they felt helpless and with each episode of violence came reconciliation, in which the woman began to believe again in the possible change in her partner's behavior, which made them remain in the relationship. We can conclude that the fight against domestic violence goes through the socio-historical-cultural change of patriarchy cultivated over the decades, and this transformation is only possible through the articulation of the theme in education, minimizing the reality of domestic violence and working from an early age male and female roles in the classroom, in order to provide an opportunity to deconstruct stereotypes about the roles of “being a man and being a woman”.

Keywords: Empowerment; Domestic Violence; Life's History; Resistance; Support Network.

¹ Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). E-mail: rfmadaloz@gmail.com

² Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). E-mail: joicergs@yahoo.com.br

³ Professora da Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

⁴ Professora da Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: slauxen@unicruz.edu.br



INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher, que geralmente ocorre em contextos familiares e envolve agressores com quem as vítimas mantiveram ou mantêm relações íntimas, assume várias formas, desde lesões corporais visíveis até danos psicológicos sutis e impactantes. Dados recentes revelam uma realidade preocupante: a cada minuto, quatro mulheres são agredidas por parceiros ou ex-parceiros no Brasil, com 70% desses crimes acontecendo no ambiente doméstico. No primeiro semestre de 2023, o país registrou 722 feminicídios. O serviço ligue 180, oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, recebeu 85.412 denúncias em 2019, com destaque para casos de violência doméstica, tentativas de feminicídio, violência moral e ameaças.

A violência física é a mais comum, representando 58% dos registros no primeiro trimestre de 2022, variando de agressões leves a casos de assassinato. Outras formas de violência, como a psicológica, moral, sexual e patrimonial, também foram documentadas, sendo o parceiro ou cônjuge o agressor em cerca de 69,7% dos casos.

Os extremos dessas agressões culminam nos casos de feminicídio. De acordo com o relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 648 casos de feminicídio no primeiro semestre de 2020, apresentando um aumento de 1,9% em comparação ao mesmo período de 2019. O Brasil figura como o 5º país do mundo com mais homicídios de mulheres, conforme dados do Mapa da Violência 2015, baseado em informações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2013, o país registrou uma média de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, um índice 2,4 vezes superior à média de uma lista composta por dados de 83 nações. Além do Brasil, somente El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa apresentam taxas piores nesse contexto.

Os objetivos da pesquisa incluem compreender os fatores que mantêm as mulheres em situação de violência doméstica, identificar o início e as diferentes manifestações da violência, explorar redes de apoio que possam interromper esse ciclo, analisar as estratégias utilizadas pelas mulheres para enfrentar a situação e compreender como percebem os agressores, além de avaliar os recursos utilizados em busca de ajuda.

Para coletar dados, a pesquisa adota a história de vida como principal metodologia. Entrevistas detalhadas e sensíveis visam compreender as experiências das mulheres que passaram por situações de violência doméstica. Essas narrativas serão analisadas à luz de referências teóricas pertinentes, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas e dos impactos desse fenômeno.

Diante das considerações expostas, este texto propõe a ser um ensaio teórico-crítico para compreender as múltiplas dimensões da violência doméstica contra a mulher, abrangendo seus impactos



e os fatores que perpetuam essa realidade. A violência doméstica representa um grave problema social, afetando diretamente os direitos humanos e a saúde mental das vítimas. Apesar dos avanços legislativos, sua persistência demanda uma compreensão mais aprofundada das vivências das mulheres envolvidas. Este estudo busca preencher lacunas de conhecimento ao dar voz às narrativas das vítimas, visando ampliar a compreensão desse fenômeno e desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e intervenção.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou, metodologicamente, a abordagem de cunho qualitativo, que privilegia os significados, as ideias, as visões de mundo e as percepções que os sujeitos constroem sobre determinados aspectos da realidade. A técnica de coleta de dados utilizada centrou-se nas histórias de vida, que são um tipo de estudo de caso, mediante entrevista em profundidade, na qual o investigador tenta coligir uma narrativa de um indivíduo, sendo que o estudo de caso, por sua vez, é uma abordagem empírica que investiga um fenômeno atual no seu contexto real.

A opção pela entrevista e história de vida deve-se ao fato de as duas técnicas permitirem a obtenção de dados em profundidade de diversos aspectos do social. A história de vida implica a globalização de uma experiência, feita a partir de diferentes épocas, tratando-se de um discurso autobiográfico. Conforme Alves (2022),

[...] Ilumina-se à História de Vida, que tem se configurado como um robusto procedimento metodológico para possibilitar aos pesquisadores o conhecer com profundidade a trajetória de vidas de modo bastante singular. Com isso, tem-se a possibilidade do compartilhamento de vivências carregadas de idiosincrasias, permitindo àquele que pesquisa, num intenso mergulho conjunto, investigar e desvelar com propriedade as narrativas que datam e marcam a subjetividade humana dos participantes. Em outros termos, propicia apreender nos discursos proferidos o movimento humano de modo particular na sua intensidade. Lançar mão de tal procedimento possibilita identificar e analisar esses processos sociais (ALVES, 2022, p. 7).

De acordo com Moriña (2017), o relato de vida, também conhecido como life story, consiste em uma narrativa biográfica que abrange toda a vida de uma pessoa ou parte dela, geralmente obtida por meio de entrevistas pouco estruturadas. Seu objetivo é capturar as percepções do indivíduo sobre sua própria história, revelando-a conforme é contada pela pessoa. No processo, o participante assume uma postura passiva ao narrar sua vida, enquanto o pesquisador se limita a estimular as narrativas e ouvi-las, sem interferir na forma como são expressas. Este modelo se baseia exclusivamente no relato do



participante, sem qualquer edição posterior, mantendo as características linguísticas originais do narrador, tal como foram transcritas.

Segundo Alves (2022, p. 22), o recomendável é que a pesquisa se delinee com amostras pequenas, constituindo-se em importante característica que define a pesquisa com história de vida. Um único caso ou no máximo três participantes seria o desejável, uma vez que um número maior de participantes não permitiria o aprofundamento necessário.

Dessa forma, três mulheres participaram desta pesquisa, as entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2014 a março de 2015, em local agendado, de acordo com horário e local conveniente às participantes, após a apresentação dos objetivos da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A duração média das entrevistas foi de cerca de 60 a 120 minutos.

A entrevista é classificada como semiestruturada, concentrando-se em um tópico, para o qual elaboramos um roteiro com perguntas principais, acompanhadas por outras questões pertinentes às circunstâncias específicas da entrevista. Esse formato de entrevista tem a capacidade de elicitare informações de maneira mais livre, sem as respostas estarem condicionadas a uma padronização de alternativas. De acordo com Santos *et al.*, (2021)

A entrevista pode ser caracterizada como semi-estruturada [*sic*], indicando a forma como será a abordagem adotada pelo entrevistador. Nesse caso, o entrevistador usa um roteiro para a entrevista, sendo flexível em sair do roteiro para que o entrevistado possa discorrer subjetivamente sobre a questão colocada (SANTOS *et al.*, 2021, p. 1)

A elaboração do roteiro para a abordagem do assunto foi cuidadosamente pensada, a fim de termos um entendimento do todo, desde o início da vida até os dias atuais, para assim conseguirmos formular um entendimento sobre o vivido. O instrumento de coleta de dados foi um formulário composto de 12 perguntas semiestruturadas.

Todas as entrevistas foram individuais e gravadas com aparelho digital, mediante a autorização das participantes. Ficou acordado que as pesquisadoras iriam transcrever as entrevistas e, posteriormente, como forma devolutiva, entregariam a transcrição para apreciação das mulheres participantes da pesquisa, que poderiam incluir, excluir ou complementar as suas respostas.

A devolutiva dos dados é uma tarefa difícil e necessária, em que os pesquisadores divulgam os resultados da pesquisa com a responsabilidade de preservar as expressões dos sujeitos, evitando distorções dos achados. Esta ação pode ocorrer de várias maneiras, como entregar às participantes cópias de relatórios ou artigos divulgados em meio científico, apresentar e socializar resultados, sempre levando em conta que esta devolução pode influenciar os sujeitos e profissionais envolvidos.



Em data previamente combinada, as mulheres receberam e revisaram uma cópia da transcrição. Foi sugerido um prazo para que refletissem sobre suas respostas e experiências de vida, podendo fazer alterações se julgassem necessário, acrescentar informações que possam ter sido omitidas durante a entrevista. Elas tiveram a liberdade de modificar as respostas, conforme considerassem apropriado e, quando sentissem que suas histórias estavam completas, puderam enviar as alterações por e-mail. Apenas uma das mulheres fez modificações, oferecendo detalhes mais abrangentes sobre as violências que enfrentou. Alves (2021)

Ressalta a importância de manter a neutralidade no momento da análise em relação à história narrada. O pesquisador não está ali para julgar, questionar ou priorizar a sua interpretação sobre a história em si, mas para de maneira fiel dar visibilidade e voz àquele que a narra. Dessa forma, se fazem relevantes os momentos em que participante e pesquisador negociam e juntos analisam a escrita do texto. No momento adequado o pesquisador se colocará, apresentando sua subjetividade e interpretação deixando explícito ao leitor que nesta fase é o investigador quem está falando (ALVES, 2021, p. 65).

Essa abordagem busca manter a integridade da história narrada, ao mesmo tempo em que reconhece o papel do pesquisador na análise e interpretação dos relatos, sem sobrepor sua interpretação à história em si, mas sim para oferecer uma representação fiel e dar voz à pessoa que está narrando.

Para preservar a confidencialidade das participantes, adotamos nomes fictícios para cada uma delas. Aqui está um resumo das características das entrevistadas:

Ana, 47 anos, divorciada, com formação universitária completa, atua como assistente administrativa. Viveu por 21 anos com o agressor, suportando violência física e psicológica. Ela fez uma denúncia no passado e encontrou apoio em seu parceiro atual.

Beatriz, também com 47 anos, é divorciada e tem educação superior incompleta, trabalha como técnica em química. Conviveu por 15 anos com o agressor, enfrentando violência física e psicológica. Ela denunciou o agressor e possui medida protetiva para evitar contato, recebendo apoio de familiares e orientação da rede de proteção.

Catarina, de 76 anos, é divorciada, possui educação fundamental incompleta e é aposentada como costureira. Conviveu por 19 anos com o agressor, enfrentando diferentes formas de violência. Ela nunca denunciou o agressor, mas recebeu orientação e apoio significativo dos empregadores para superar a situação de violência.

Essa investigação se concentrou em compreender o ponto crucial em que essas mulheres se sentiram capacitadas a encerrar a relação abusiva e quais apoios foram essenciais, nesse processo. Dessa forma, as linhas de estruturação das histórias de vida foram desenvolvidas, por meio das etapas de vida, infância, antes do casamento, depois do casamento e pretende-se entender como se estrutura a vida na



sua totalidade, as ações os contextos sociais, o primeiro episódio de violência e como isso tudo marcou as trajetórias de vida tanto das mulheres como dos filhos.

Ao conduzir as entrevistas, a preocupação central foi o bem-estar emocional das participantes. Procuramos estabelecer uma relação de confiança, dando-lhes controle sobre o processo e respeitando sua narrativa, cientes do peso emocional que reviver essas experiências poderia representar. Nosso compromisso foi assegurar que pudessem revisar e, se necessário, alterar os relatos, mantendo a integridade de suas histórias. A transcrição respeitou o vocabulário, estilos de fala e ênfases das participantes, preservando suas experiências, de maneira fidedigna e em conformidade com os princípios éticos de pesquisa estabelecidos no TCLE.

TRÊS MULHERES, TRÊS VIDAS, TRÊS HISTÓRIAS: (RE) CONSTRUINDO VIDAS

O relato das trajetórias de mulheres que sobreviveram à violência doméstica transcende a mera confirmação de dados estatísticos, visto que a violência doméstica é “consideradas uma verdadeira epidemia” (SOUZA; NASCIMENTO, 2021, p. 127). Ele desvenda o rosto doloroso da violência, não apenas como uma marca de passividade, mas como uma história de resiliência. Nessas narrativas, emerge a força dessas mulheres, que, mesmo em meio à adversidade, tecem sonhos, perseveram na crença, resistem e elaboram estratégias para preservar a própria integridade. Os testemunhos revelam muito, pois demonstram a superação e a reconstrução de suas vidas. Segundo Westmarland, (2019, p. 2) “Only when we appreciate and act based on how victim-survivors conceptualize justice, will we begin to address the shortcomings of current approaches, and, more importantly, be able to envision new ways to ensure justice”.

Destaca-se a importância de compreender e agir em consonância com as percepções das vítimas que sobreviveram a situações de violência, apontando que apenas ao considerar suas perspectivas poderemos identificar e corrigir as deficiências nos métodos e sistemas atuais. Isso abre espaço para a concepção de novas abordagens que garantam a justiça para essas vítimas. Ao explorar as experiências de violência na infância dessas mulheres, depara-se com uma variedade de caminhos marcados por interpretações singulares. Enquanto Ana e Catarina não relataram episódios de violência nessa fase, guardando-os para suas vidas adultas e relacionamentos, Beatriz revelou um contexto familiar imerso na sombra da violência psicológica. Essa revelação evidencia a melancolia evidente da mãe de Beatriz e o assédio que ela enfrentou, revelando um cenário que transcende a idade adulta e delineia as complexidades dessa problemática, conforme evidenciado nos relatos, como se vê nos recortes de fala abaixo, abaixo:



Fui criada com muito amor e carinho por parte dos meus pais, tenho dois irmãos (um irmão 11 meses mais novo que eu e uma irmã 12 anos mais nova que eu), tirando as discussões ditas normais de um casal, nunca presenciei episódios de violência na minha família e os meus pais, tirando as palmadinhas normais de criança nunca exerceram nenhum tipo de violência sobre nós. Casei jovem (aos 18 anos), frequentava na altura o 2º ano do ensino médio, comecei a namorar, com o homem que viria a ser meu marido e pai da minha filha aos 16 anos, com dois anos de namoro e na sequência de uma mera discussão ele deu-me a primeira bofetada (ANA).

O relato de Ana revela o imaginário de uma mulher que relembra a vida familiar junto a seus pais e irmãos, na qual demonstra se sentir inserida numa convivência de normalidade, ao mesmo tempo em que cita a primeira bofetada recebida de seu companheiro, como o marco das agressões sofridas na sequência. A fala de Beatriz também não registra violência física, na infância, mas a mulher relembra que, à medida que vai adentrando na vida adulta, vai vivenciando a violência psicológica presente na relação entre seus pais, assim como em sua própria vida,

Sempre achei que tive uma infância feliz, brincava muito, colaborava no serviço de casa, mas nada muito pesado. Meus pais sempre estavam comprando alguma coisa, casa, carro, móveis, eletros e nos vestindo adequadamente, nos presenteando com roupas, brinquedos e material escolar. Não era o melhor, mas sempre algo bom e, isto me satisfazia. Tinha algo estranho que era paparicarão [sic] e presentes de algumas mulheres. Percebia tristeza em minha mãe, era uma mulher distante em que nas minhas lembranças só estava por perto na hora do serviço. O pai fazia muita hora extra, mas quando estava em casa ele era bem presente brincando, contando histórias, e eu o amava muitíssimo, era o meu herói. Eu tinha sensação de viver num conto de fadas, numa redoma de proteção. Foi quando tudo mudou. Meu pai foi convidado a trabalhar em Manaus como gerente industrial da sucursal da empresa em que trabalhava, com salário quatro vezes maior. A redoma não só quebrou, mas espatifou, o “poder” subiu à cabeça de meu pai, o poder aquisitivo da família caiu pelo custo altíssimo de vida em Manaus, minha mãe ficou mais ausente apesar de estar ali o tempo todo, na verdade com depressão. Um amigo de meu pai queria ficar com a mãe, então nos paparicava (eu e minha irmã mais velha-que fazia de tudo para eu não existir, me anular) e mostrava a minha mãe todos os casos de meu pai. Mas minha mãe não queria saber dele e o cortava. Foi quando comecei a perceber porque tanta bajulação comigo dessas supostas amigas de meu pai. Era complicado ter oportunidades e presentes a mais, mas ver minha mãe infeliz. Tinha onze anos quando nasceu V. lá em Manaus, me apaixonei por ela e a vida parece que ficou melhor, o pai passou a ficar mais em casa e tratar a mãe melhor. Minha irmã mais velha continuou a mesma comigo, me boicotando em tudo, mas incomodava bem menos por que agora eu tinha uma verdadeira irmã, que mal sabia andar, mas esperava-me todo dia ao chegar da escola. Hoje estou de relações cortadas com a mais velha, mas com a V. não dá para ficar longe além de irmã é minha melhor amiga.

Em minha infância, a violência que senti, foram as traições que enfraqueciam os laços familiares e a atitude de tudo aceitar calada de minha mãe, porque era necessário preservar o casamento, além do que ela realmente o amava e não sabia como mudar a situação. Já na minha adolescência acrescentou-se o casamento prematuro devido a gravidez de minha irmã, onde houve violência doméstica, e só havia a tentativa de reconciliação pelo juiz e não medidas protetivas, grupos de apoio etc. Na época, a mulher era culpada. Fui assediada por este cunhado e a situação era a mesma, eu era culpada, inclusive e principalmente para minha irmã. Depois ocorreu tudo igual com a V., mas ela não aceitou ser a culpada e teve muita discussão e briga em família por isso (BEATRIZ).

Já a narrativa de Catarina, mostra o imaginário de uma mulher que guarda lembranças afetuosas de seus pais e o registro de ausência de qualquer tipo de violência em sua infância e juventude, bem



como o início de seu relacionamento com o companheiro, quem a levou a trocar de religião, motivo que a afastou dos irmãos, como se vê abaixo:

Convivi com meus pais até meus quinze anos, sendo a penúltima filha de nove irmãos, quando minha mãe faleceu de morte súbita. Convivi a partir daí, com meu irmão mais novo e meu pai, por mais três anos, quando meu pai faleceu depois de permanecer doente por um período de três meses. Sempre me senti muito amada por meus pais e nunca vivenciei cenas de violência na minha família, no período da juventude. Sofri muito com a morte de meus pais. Passei a residir com uma irmã viúva e extremamente religiosa. Neste período conheci meu companheiro. Impulsionada pela paixão e a beleza de meu então namorado, depois de um período de onze meses, nos casamos. É importante ressaltar que, passei a seguir os passos religiosos dele, trocando de denominação religiosa. Razão esta, que me afastou de meus irmãos, pois não aceitaram minha nova opção religiosa (CATARINA).

Como se pôde acompanhar pelos relatos, Ana descreve uma infância sem violência, mas o início de uma relação abusiva aos 18 anos. Beatriz relata uma infância na qual, apesar do conforto material, percebe sinais de infelicidade familiar e mudanças negativas, após a mudança para Manaus. Suas experiências com violência foram, principalmente, por meio das traições no casamento de sua irmã e assédio sofrido de um cunhado, enquanto buscava preservar a família. Catarina compartilha uma infância sem violência, marcada pela perda dos pais e mudanças religiosas que influenciaram suas relações familiares.

Cada narrativa evidencia experiências únicas e complexas, destacando a ausência de violência em algumas fases, porém mostrando como a violência pode se manifestar de maneiras diversas, incluindo traições, assédio e mudanças abruptas na dinâmica familiar.

POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência doméstica contra as mulheres é um fenômeno complexo que envolve uma variedade de fatores e tem sido objeto de estudo de diversos especialistas ao redor do mundo. Existem várias explicações e teorias que tentam abordar e compreender a dinâmica por trás desse tipo de violência, considerando aspectos psicológicos, sociais, culturais e estruturais. Cada uma das participantes da pesquisa, com histórias diferentes e, ao mesmo tempo com pontos em comum, rememoram os fatos, mostrando a violência que assolava suas vidas:

Nunca consegui encontrar explicação, essa é a verdade. A primeira bofetada surgiu no namoro, e recorde de na altura eu referir: quem bate uma vez, bate sempre... desculpas atrás de desculpas fizeram com que o namoro continuasse por mais um ano, penso que sem problemas de violência.

Após o casamento o que julgo ter acontecido foi: eu casei, ele continuou solteiro...



Fazia vida de solteiro, saía com os amigos e eu acabava sempre em casa sozinha ou em casa da sogra eternamente à espera. Se chegava bem disposto não me perturbava, caso contrário, ou se apenas eu dissesse algo porque ele chegava tarde (por vezes de manhã) a discussão ia ao limite da violência física e psicológica Ana).

Pela vivência dele, de sua família. Ele vem de uma família de matadores (como eles chamam os assassinos) talvez entendam que matar caça ou gente que jungem [sic] não merecer viver, seja a mesma coisa e não assassinos. Ele acredita na submissão absoluta da mulher ao marido (BEATRIZ).

Nunca procurei saber por quê. Ele não fazia uso de álcool ou outras drogas, porém parecia não haver arrependimento. Como nunca houve um acompanhamento técnico, não posso afirmar se desenvolvia psicopatia (CATARINA).

A narrativa das duas informantes que vivenciaram o início da violência durante o período de namoro destaca um padrão preocupante, que é comum em muitos casos de violência doméstica. Inicialmente, a vida afetiva era marcada por tranquilidade e demonstrações de carinho, um cenário que é frequentemente percebido como ideal e promissor em um relacionamento romântico. No entanto, com o tempo, pequenas atitudes controladoras começaram a surgir, sinalizando o início de um comportamento abusivo. Santos (2020) destaca que:

A primeira fase do ciclo da violência, representada pela acumulação de tensão, é comumente marcada por um escalonamento da violência. Nesta fase, o homem busca encontrar na relação pretextos desencadeadores e justificadores de uma postura violenta. Esses pretextos, a princípio, podem estar associados a uma suposta demonstração de afeto através de um ciúme exacerbado do agressor pela vítima (SANTOS, 2020, p. 31).

575

Esse padrão de evolução da violência, começando com gestos aparentemente inofensivos e transformando-se gradualmente em comportamentos mais agressivos, revela a natureza insidiosa e progressiva da violência doméstica. O agressor, muitas vezes, utiliza táticas sutis de manipulação e controle para exercer poder sobre a vítima, minando sua autoconfiança e autonomia. No contexto do namoro, as demonstrações iniciais de carinho podem criar um vínculo emocional forte, o que torna mais difícil para a vítima reconhecer os sinais de alerta e se afastar do relacionamento abusivo. Moura (2022) ressalta:

A autoimagem, por sua vez, está relacionada à forma como a pessoa se enxerga. No entanto, essa imagem pessoal e única, que cada indivíduo forma, está ligada às mensagens, crenças e valores com os quais o indivíduo interage a todo momento, visto que, todos esses elementos são intrínsecos à cultura à qual pertence (MOURA, 2022, p. 20).

Mulheres em situação de violência, muitas vezes, enfrentam um desafio significativo na formação de sua autoimagem devido às mensagens negativas ou de desvalorização que recebem do



agressor. A constante exposição a um ambiente de abuso pode corroer a autoestima e distorcer a visão que essas mulheres têm de si mesmas.

Além do mais, a compreensão dos aspectos culturais e sociais na violência doméstica tem sido amplamente discutida por especialistas ao longo do tempo. Uma das figuras proeminentes que explorou a psicologia subjacente à violência doméstica é Richard J. Gelles (1997). Em várias de suas obras, incluindo “Intimate Violence in Families” (Violência Íntima nas Famílias), Gelles analisa as causas psicológicas desse tipo de violência, considerando elementos como traumas passados, modelos familiares, questões de autocontrole e resolução de conflitos. Ele examina como o estresse, a falta de habilidades de comunicação e pressões externas podem contribuir para o desencadeamento ou agravamento da violência no ambiente familiar. Essas análises oferecem uma compreensão mais abrangente das dinâmicas psicológicas por trás da violência doméstica.

A evolução de atitudes controladoras para comportamentos agressivos realça a importância de reconhecer os primeiros sinais de violência, mesmo quando parecem insignificantes. Isso enfatiza a urgência da educação pública sobre relacionamentos saudáveis e abusivos, bem como a necessidade crucial de oferecer apoio às vítimas, capacitando-as a identificar esses padrões prejudiciais e buscar ajuda antes que a situação se agrave.

Além disso, a cultura exerce influência na percepção das mulheres sobre seu próprio valor e lugar na sociedade. Normas culturais que reforçam a submissão da mulher, culpabilizam a vítima ou minimizam a violência podem profundamente impactar a autoimagem, alimentando sentimentos de inadequação, culpa e desvalorização.

Lenore E. Walker é outra referência importante no estudo da violência doméstica. Em sua obra “The Battered Woman” (A Mulher Agredida), inicialmente publicada em 1979, Walker introduziu o conceito do “Ciclo da Violência”, destacando a dinâmica de poder e controle no contexto da violência doméstica. Sua pesquisa foi fundamental para a compreensão mais profunda desse problema complexo.

No entanto, é importante ressaltar que cada caso é único e multifacetado, e as explicações sobre a violência doméstica não são universalmente aplicáveis. A complexidade desse problema exige uma abordagem holística, que leve em consideração não apenas os aspectos individuais, mas também os contextos sociais e culturais nos quais a violência ocorre. Mulheres em situação de violência, muitas vezes, enfrentam um desafio significativo na formação de sua autoimagem devido às mensagens negativas ou de desvalorização que recebem do agressor. A constante exposição a um ambiente de abuso pode corroer a autoestima e distorcer a visão que essas mulheres têm de si mesmas.

Essas narrativas enfatizam a complexidade das motivações por trás da violência, indo desde questões comportamentais até influências culturais e familiares. Elas destacam a dificuldade das vítimas



em entender ou prever as razões que levam seus parceiros a cometer atos violentos, evidenciando a falta de lógica ou explicação clara por trás desses comportamentos.

PRIMEIRA VIOLÊNCIA

A primeira violência, embora muitas vezes silenciosa e invisível aos olhos da sociedade, é o ponto de partida para inúmeras narrativas de sofrimento que ecoam nos corredores sombrios dos relacionamentos abusivos. É nesse momento inicial que as sementes da opressão são semeadas, gerando raízes profundas que se entrelaçam na vida das vítimas. A primeira violência, não é apenas física, pode se manifestar de maneiras sutis e insidiosas, como palavras cruéis, manipulação emocional e controle excessivo. É um prelúdio para um ciclo de abuso que, por vezes, perdura por anos, deixando cicatrizes emocionais profundas e duradouras, como destacam as participantes da pesquisa:

Sofri de violência durante 21 anos. Tal como referi anteriormente o primeiro episódio surgiu no namoro e partiu de uma mera discussão. Recordo que estávamos para ir ao cinema e ele achou que eu ia vestida de forma muito bonita e que era para agradar a alguém menos a ele e sem motivo começou a discussão e deu-me uma bofetada, claro que já não fomos ao cinema. Foi praticada violência física e psicológica mesmo quando me encontrava grávida tendo por diversas vezes me dirigido ao hospital para saber se a minha filha estaria bem (ANA).

577

Ana sintetiza sua história de sofrimento, as agressões sofridas que têm início com uma bofetada, em um momento que deveria ser de lazer (a ida ao cinema com o marido) se transforma em discussões e violência. Beatriz, por sua vez, narra a primeira agressão psicológica e o prosseguimento com violência física, beirando o absurdo:

Se considerar a violência psicológica começou no segundo ano de relacionamento, quando estávamos noivos, mas morávamos juntos. Ele controlava o que eu comia, pois eu tinha que emagrecer. Conheceu-me com 63 Kg, mas queria que eu tivesse 52. Antes do casamento fiz dieta e baixei para 58 e logo voltei ao peso inicial. Então ele disse que o traí que emagreci para que ele cassasse e impôs uma meta: em três meses eu tinha que ter 56 Kg ou ele se separaria de mim. Eu cheguei a cogitar doação de sangue para ajudar na perda de peso, mas não fiz, não atingi a meta e ele não foi embora. A situação entre nós se agravou bem com o distanciamento. Ele é de Minas Gerais e veio estudar aqui no RS então ele me dizia que eu não podia brigar com ele porque toda família que tinha aqui estaria brigada com ele. De forma a se pôr como coitadinho, me afastou de todas amigas e dos amigos também. Estava tentando afastar-me da família. Ele trabalhava como pastor de uma igreja tradicional. Casamo-nos em 1994, nossa filha nasceu em 1996. Era um domingo de dia das mães, C tinha um ano e dois meses. Ele fez o culto extremamente demorado, ao final foi cumprimentar os paroquianos na porta. Tinha ido ao culto uma família que estava afastada e meu ex-marido A. ficou conversando e orientando-os a se reaproximarem, mas de forma muito demorada, C estava com fome já passava do meio dia e eu não tinha leite para amamentar. Diante da situação, por três vezes fui pedir a ele que fossemos para casa. Quando finalmente fomos, ao chegar começou a brigar comigo por tê-lo interrompido e me ameaçou com uma faca de mesa que pôs contra meu pescoço. Era difícil fazer qualquer coisa já que estava com



a menina no colo. Quando ele se acalmou fui para casa de amigos para dar comida pra C e para mim, mas estava tão assustada que não consegui dizer palavra alguma, mas vi nos rostos deles que sabiam que tinha coisa errada. Depois disso as brigas pioraram muito, primeiro os dois batiam, depois passei só a me defender, mas ainda apanhava muito então passei a permitir que ele me batesse, assim sem resistência ele parava logo. Mas às vezes sua raiva era tão grande que ele quebrava um osso, fazia sangrar o ouvido além de tantos hematomas (BEATRIZ).

Catarina refere-se aos 19 anos em que sofreu violência, classificando os diferentes tipos dos quais foi vítima: verbal, sexual, psicológica, documental e financeira, que, conforme sua fala, passaram a ser rotineiros:

Sofri durante 19 anos tempo em que permaneci casada com ele. O ciclo de violência iniciou no primeiro ano de casada quando estava gestante dos primeiros dois filhos (gravidez gemelar). O primeiro episódio de agressão física se deu após várias discussões por falta de dinheiro, já que, necessitava comprar aquilo que é básico para a vida. Mesmo tendo dinheiro, não demonstrava compromisso com a família. Então numa das constantes discussões, me agrediu fisicamente com três tapas no rosto. Chorei muito, gostando dele e acreditando ser o casamento, um compromisso até a morte. Passei a sofrer calada, porque meus irmãos não deveriam saber do meu sofrimento. Os episódios de agressão física, seguida de agressão verbal, sexual, psicológica, documental e a financeira, passaram a serem costumeiros.

Sexual: pois era obrigada a manter relações sexuais diariamente, independente de vontade ou disposição física, ex: já com contrações antes de dar luz e ao voltar do hospital em período de puerpério três dias depois do parto; Documental: Quando meu companheiro tentara por várias vezes fazer com que assinasse documentos forjados de venda de imóvel onde, deixaria eu e meus filhos sem direito a pagamento;

Financeira: Já que passava por privações financeiras para o sustento da família e mesmo tendo, ele não se responsabilizava financeiramente e constantemente nos agredia com falas tipo: 'roam casca de paus turma de vagamundos' tratando-se de filhos crianças. Concomitantemente a violência psicológica e a verbal, já que eu e meus filhos tínhamos muito medo dele. (CATARINA).

As narrativas vêm carregadas de experiências de violência psicológica, física, financeira, moral, documental e sexual, expressas em xingamentos, palavras humilhantes. Nesse sentido, a mulher acaba convivendo com o abuso psicológico, frente ao medo de ser morta, causando-lhe vários danos psíquicos, o que se estende ao desenvolvimento emocional de toda a família.

Podemos perceber que os episódios de violência em sua maioria iniciam antes mesmo do casamento e estão relacionados com alguns fatores externos, como: a vestimenta, hábitos alimentares e relacionamentos com os familiares de origem, ainda no período de namoro, e a violência vira rotina. Tendo em vista que ela se projeta no espaço das relações de intimidade, a violência envolve atos repetitivos e tende a aumentar de intensidade, com o passar do tempo e se a mulher não der um basta.

Outro relato referido dizia respeito ao aumento da violência durante o período de gestação, essa desumanidade gera consequências para o “[...] binômio mãe-filho, pois este é um dos fatores que



contribui para o aumento da mortalidade materna, bem como para o aumento dos números de óbitos perinatais, baixo peso ao nascer, abortos e nascimentos prematuros” (ARAÚJO; BARBOSA; CIMBRA; COSTA, 2020, p. 19).

Ademais, não se pode esquecer da violência psicológica que a grande maioria das mulheres sofre, essa brutalidade não deixa marcas no corpo, no entanto, afeta de maneira mais profunda o psique das mulheres. Esse tipo de violência atinge o emocional da mulher, como um todo, pois fere sua saúde mental e física, coloca seus sentimentos e equilíbrio emocional em constante perturbação, mulheres que sofrem esse tipo de violência não possuem autoconfiança em si mesmo, os companheiros a privam de crescer em suas carreiras, muitas optam em ser dona de casa, pois a agressão é tão intensa que se convencem de que não têm capacidade de trabalhar fora de casa. De acordo com Mazzeu (2023),

[...] Também relacionada à saúde mental, a violência psicológica ganhou espaço na lei em 2018, quando houve o entendimento de que condutas que causam danos emocionais e diminuição da autoestima e autodeterminação devem ser consideradas violência, especialmente quando eivadas pela ameaça e perseguição, e pelo constrangimento e humilhação. Igualmente são reprovadas neste dispositivo ações que limitam o direito de ir e vir da mulher, violam sua intimidade ou que promovam sua vigilância constante (MAZZEU, 2023).

A violência psicológica causa subordinação da mulher em relação ao homem, essa subjugação pode ocasionar dependência emocional, física ou financeiramente. De acordo com Valle (2023), “[...] Em termos de saúde mental, a violência psicológica provoca impactos tão sérios quanto qualquer outra forma de violência. Ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e depressão são algumas das doenças que podem acometer as vítimas” (VALLE, 2023). Como afirma o autor, “Elas costumam desenvolver sentimentos constantes de culpa e insegurança”, acrescenta Flores (VALLE, 2023).

Assim como a violência psicológica, o abuso sexual também é uma forma silenciosa de agressão contra a mulher. Catarina relata que sofreu abuso sexual, que é caracterizado por “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada” (OPAS/OMS, s.d., s.p.). Catarina sofreu diversas vezes abuso sexual, como relatado até mesmo após o parto, além de todas as violências sofridas passou também pela violação financeira, sendo que o marido deixava as crianças sem o devido sustento. Percebemos através de Catarina que, além de todas as violações efetuadas contra ela, o companheiro violava os direitos dos filhos, como uma forma de punição a esposa, privando-os das necessidades básicas.



PERCEPÇÃO DOS SENTIMENTOS DOS FILHOS PERANTE A VIOLÊNCIA

Na análise das histórias de vida das mulheres, observa-se que a violência é algo constante no dia a dia dessas famílias, observa-se que geralmente os episódios de agressões aconteciam diante de outros membros da família, reforçando, dessa maneira, o desrespeito do homem para com a sua companheira. As brigas ocorriam em geral na frente dos filhos, e nesta ocasião as crianças não apanhavam do pai, no entanto, estas ficavam igualmente expostas a ambientes tensos e abuso psicológico. Como ressalta Audrey Mullender *et al.* (2020),

The number of children living in households where their mothers are abused by partners, or harassed by ex-partners, is inevitably large but unknown. What is known is that they face considerable distress, frequently display adverse reactions, and have needs of their own that are not well met by conventional services. When these issues began to be raised, children were conceptualized in professional discourse as 'suffering in silence' (p. 1).

O impacto desses conflitos sobre os filhos é descrito como angustiante pelas mulheres. As crianças, muitas vezes, tentavam intervir para cessar a violência, fazendo pedidos desesperados e promessas, na tentativa de acalmar a situação. No entanto, as reações dos filhos variaram consideravelmente e refletiram as marcas profundas deixadas por esse ambiente violento:

580

Sou consciente de que terá guardado muitas más recordações que a tornaram numa pessoa mais reservada, mas, mas ela é forte, ou pelo amor que sempre teve, independentemente daquilo que se passava entre os pais tenho certeza que será sempre um mulher com letra grande de quem tenho muito orgulho já que possui um comportamento de louvar (ANA).

Sim, as meninas imploravam para ele parar, faziam juras e diziam que todas nós íamos nos comportar bem. A menor conviveu por seis anos, fez três anos de terapia e está bem. Já a maior foi muito difícil. Provocava brigas tomando as mesmas atitudes que o pai. Chegamos a chamar a brigada para contê-la. Aos 15 tentou suicídio, aos 16 foi internada por se mutilar. Aos 9 fez um desenho de si como princesa, batom vermelho, brincos e tiara dourados e uma cartinha de amor para um menino. Ele levou-a até a porta de casa e mandou que fosse embora, pois não iria abrigar uma prostituta. Na igreja fechou as portas e expulsou todas as crianças e pais. Foi uma tarde horrível. Hoje ela é homossexual (BEATRIZ).

Sim, tivemos dez filhos, sendo que dois faleceram ainda criança. Todos meus filhos sofreram com a violência, uns apresentando muita revolta, outros não conseguindo nem mesmo gerir a vida, necessitando buscar no uso de drogas, fuga para o fenômeno da violência, que permeou nossas vidas por décadas. As brigas e a violência num todo sempre foi algo muito comum no meio família (CATARINA).

No relato de Ana, percebe-se a resiliência da filha em meio aos traumas presenciados, mantendo-se forte e reservada, talvez como uma forma de proteção contra as recordações dolorosas. Ainda assim, ela é enaltecida por sua mãe, que expressa orgulho e admiração por sua força.



Já na história de Beatriz, a interferência dos filhos nas brigas era visível, culminando em consequências extremas para a filha mais velha, que, impactada por esse ambiente conturbado, passou por crises sérias, inclusive tentativas de suicídio e internações.

No relato de Catarina, o fenômeno da violência deixou marcas em todos os seus filhos, manifestando-se de diferentes maneiras: revolta, dificuldade na condução da vida e até o recurso ao uso de drogas, como forma de escape.

Essas narrativas evidenciam o impacto profundo da violência doméstica nas mulheres e nas gerações futuras, repercutindo no comportamento, na saúde mental e no bem-estar emocional dos filhos, expondo a complexidade das consequências desse ambiente de agressão e conflito constante. De acordo com Ferreira *et al.* (2020, p. 11) afirma que, a violência doméstica torna-se um impacto psicológico no desenvolvimento das crianças, pois, os danos imediatos, a criança tem a possibilidade de ter pesadelos repetitivos, ansiedade, raiva, culpa, vergonha, medo do agressor e de pessoas do sexo posto, quadros fóbico-ansiosos e depressivo-agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e sentimentos de estigmatização.

REAÇÃO PERANTE A VIOLÊNCIA

581

A característica relacional da violência é visível quando as mulheres dizem que apanham, mas também revidam os seus companheiros, demonstrando, dessa maneira, uma oscilação de poder. No entanto, chega um momento em que as mulheres desistem de lutar e acabam se entregando a violência, vencendo a lei do maior forte. As narrativas a seguir relatam o sofrimento e a fragilidade das mulheres frente aos homens agressivos. As mulheres necessitam pensar muito bem as ações para não gerar mais conflito.

Julgo ter reagido de todas as formas possíveis e imaginárias. Quando não respondia às provocações, levava por que: “então não respondes?”. Quando optei por falar: “agora dá-te para responder!!”, resumindo: levava por falar, levava por não falar. Com o passar dos anos e já no limite, tentava responder da mesma forma tentando feri-lo com o que tivesse à mão (violência contra violência) e para não acabar mal, tomei coragem e saí de uma vez por todas de casa e divorciei-me (ANA).

Primeiro não aceitava e revidava e não pensava como seria o término. Depois só me defendia, mas ainda assim isso o irritava, depois deixei que fizesse como quisesse, sua ira durava menos tempo. Foi quando comecei a pensar que precisava ter fim (BEATRIZ).

Com muito medo. O mesmo sentimento sofrido pelos meus filhos. Na medida em que cresciam, tornavam-se inseguros e revoltados (CATARINA).



A partir dessas falas, fica evidente que, apesar de serem histórias distintas, as experiências de violência vividas pelas mulheres compartilham padrões semelhantes em relação às reações diante do abuso. Apesar das diferenças nas circunstâncias, as mulheres expressam um discurso comum quando se trata de suas respostas à violência que enfrentam. Cada mulher lida com o trauma de maneira individual e única, mas há elementos comuns em suas experiências.

Muitas delas acabam se submetendo à própria violência, seja física, psicológica, sexual ou financeira, como uma forma de evitar agressões ainda mais graves ou para encerrar definitivamente o ciclo de abuso. Esse comportamento é motivado pelo medo do que pode acontecer se confrontarem o agressor ou se tentarem sair do relacionamento violento. A apreensão pelo pior cenário possível as leva a tolerar a violência, em um esforço para evitar consequências ainda mais terríveis.

As observações destacam a complexidade das dinâmicas de poder e controle presentes nos relacionamentos abusivos. A falta de recursos, apoio social e orientação pode levar as mulheres a permanecerem em situações de violência, mesmo quando sabem que estão sujeitas a danos físicos, emocionais e psicológicos. É um ciclo de medo, manipulação e desespero, no qual as vítimas se sentem presas, sem saída aparente, alimentando um ciclo de violência difícil de quebrar.

Para corroborar com as afirmações Jayne Souza Lira Ribeiro e José Henrique Aquino de Souza, afirma que, “para alcançar a igualdade e a plena cidadania para o gênero feminino, era necessário transformar a visão sexista e misógina da população” (2022, p. 118). Esta análise ressalta a importância de oferecer suporte adequado, educação e recursos para ajudar essas mulheres a romperem com essas situações, proporcionando-lhes um caminho para a segurança, autonomia e recuperação emocional. A transformação da mentalidade sexista é um processo contínuo e multifacetado, que demanda não só mudanças nas leis e políticas, mas também uma mudança cultural profunda, incentivando a empatia, o respeito mútuo e a valorização da diversidade.

SENTIMENTOS E PENSAMENTOS EM RELAÇÃO ÀS AGRESSÕES VIVIDAS

A dependência das mulheres no relacionamento abusivo não é uma realidade distante, pois devido à autoestima baixa, muitas mulheres acabam se sujeitando à dominação masculina. A baixa autoestima faz com que elas se sintam desvalorizadas, acreditando que não merecem algo melhor. Para corroborar com essa afirmação Silva e Silva (2020, p. 4) dizem que “os principais fatores que podem ser identificados, na relação de dependência, é a tristeza, a incapacidade de viver sozinha, a mulher não tem vida própria, todos os seus afazeres têm que girar em torno do companheiro, não consegue viver sem ele, tem a idealização de que algum dia ele irá mudar”. Além do mais, a pressão social e o preconceito,



frequentemente, as fazem temer o julgamento alheio, em especial, quando há filhos envolvidos, levando-as a tolerar a violência, a fim de evitar a condenação social.

O medo do isolamento também desempenha um papel significativo, levando as mulheres a suportarem o abuso para evitar a solidão, enquanto a distímia (depressão leve) pode dificultar a busca por ajuda, tornando o processo de sair do relacionamento abusivo ainda mais desafiador.

As crenças religiosas podem induzir sentimentos de culpa, especialmente, quando a mulher acredita que o casamento é indissolúvel e que enfrentar dificuldades faz parte de uma provação divina. Além disso, fatores socioeconômicos, como baixos salários ou a falta de rendimento pessoal, podem criar barreiras financeiras significativas para deixar o relacionamento abusivo. A dependência financeira do agressor torna ainda mais difícil a busca por independência e segurança. Os recortes narrativos, a seguir, exemplificam os sentimentos envolvidos em todo o processo de agressão sofrido por Ana, Beatriz e Catarina, cada uma com uma história de vida que, pela angústia sofrida, entrelaça-se uma a outra:

Injustiçada, porque não merecia, porque tinha sido criada com tanto amor para vir alguém e fazer de mim um ringue de boxe, sentia-me revoltada por não ter coragem de sair daquela situação, sentia-me covarde por permitir. O que fazia? Perdoava todos os dias na expectativa que mudasse e o amanhã fosse melhor. Escondia de toda a gente, quanto ele não começou a bater-me em público, menti muitas vezes quando tinha marcas de violência visíveis e arranjava desculpas com quedas na banheira, nas escadas e outras. Pensava que era a pessoa mais infeliz do mundo, que odiava mas também amava ao mesmo tempo, que queria sair daquela situação mas não tinha forças suficientes para o fazer. Pensava em morrer, cheguei a tentar tirar-me do mundo (ANA).

Sentia-me péssima, culpada por tudo e uma pessoa extremamente má. Que não conseguia fazer a vontade de Deus. Que precisava reavaliar e retomar minha conduta. Que em relação às crianças a educação não estava certa, pois comíamos produtos escondidos dele, pizza, sorvete, bolo, ovos, coisas assim. Mas o pai mandava e eu não fazia cumprir dentro de casa e isso me fazia sentir uma péssima mãe por ensinar minhas filhas a mentir para o pai, tão amoroso (BEATRIZ).

Sempre me senti muito insegura e medo. Acreditava que um dia iria acabar. Confia em Deus (CATARINA).

Experiências dolorosas das mulheres em situações de violência doméstica, expressam sentimentos de revolta, medo, culpa e insegurança diante do abuso vivenciado. Além disso, menciona a dinâmica da humilhação usada pelos homens como meio de poder e controle sobre suas esposas, destacando a ideia de superioridade no relacionamento. Essa humilhação é vista como uma ferramenta para dominar as parceiras e garantir obediência, baseada em padrões de gênero e na aceitação cultural da superioridade masculina na sociedade indiana. De acordo com Rajneesh Kumar Joshi *et al.*, (2023),

Why do men humiliate their wives? Psychologists believe that men use humiliation as a means of power and control over their wives. They employ humiliation as a tool to dominate their partners, seeing themselves as “superior” in the relationship. There seems to be no single cause



or determinant for emotional abuse. In India, specific gender socialization and the inherently accepted superiority of men in marital relationships dictate the attitudes they exhibit towards their wives. They feel entitled to use humiliation as a tool to discipline their wives and belittle them to ensure their subjugation and obedience. (p. 5).

Segundo essa perspectiva, os homens utilizam a humilhação para dominar suas parceiras, considerando-se superiores na relação. Na Índia, a socialização de gênero específica e a aceitação social da superioridade masculina nas relações conjugais influenciam as atitudes dos homens em relação às esposas. Eles sentem-se no direito de humilhá-las para discipliná-las e mantê-las submissas, reforçando uma dinâmica de poder e controle na relação.

A PROCURA POR AJUDA

Apesar dos avanços legais em todo o mundo, incluindo a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, ao longo da última década, ficou evidente para autoridades e organizações em diversos países que as abordagens prévias para definir a violência doméstica com base em incidentes isolados foram ineficazes. Em resposta, muitos países adotaram a noção de controle coercitivo, não mais limitando a violência doméstica a eventos específicos, mas a reconhecendo como uma violação de direitos e recursos, compreendendo-a como um padrão intencional de controle exercido por uma pessoa sobre outra. Isso marca uma transformação importante na percepção e na maneira como a violência doméstica é tratada, reconhecendo sua complexidade para além de meros eventos pontuais. Conforme enfatiza Evan Stark e Andreea Gruev-Vintila (2023),

Cette dernière décennie, des législateurs, des magistrats, des ministres, des avocats, des forces de l'ordre et des associations de nombreux pays ont reconnu l'échec des approches de la violence conjugale qui la définissaient à partir d'« actes » épisodiques. Un nombre croissant de pays a donc adopté le modèle du contrôle coercitif pour redéfinir la violence conjugale comme atteinte aux droits et aux ressources plutôt qu'agression. En d'autres termes, reconnaître qu'il s'agit d'actes délibérés ou d'un schéma comportemental de contrôle d'une personne par une autre (p. 2).

Na jornada tumultuada dos relacionamentos abusivos, a procura por ajuda se torna uma luz de esperança, iluminando o caminho das vítimas em direção à liberdade. No entanto, essa busca por auxílio é marcada por desafios, medos e hesitações profundas. Aqueles que se encontram enredados nesse ciclo de violência, muitas vezes, se veem isolados, aprisionados pelo controle do agressor e pela vergonha que o abuso imprime em suas almas, como atestam as participantes da pesquisa:



Na altura existia um ditado: “entre marido e mulher, não metas a colher”, das pessoas que sabiam ninguém se metia, as que não sabiam não podiam fazer nada. Não existia qualquer apoio a não ser recorrer à polícia que pedia de imediato para esquecer e tentar fazer as pazes que aquilo passava. Fui à polícia julgo que uma vez e denunciei porque me colocou fora de casa e para além da filha eu não tinha acesso a qualquer bem, incluindo roupa e objetos pessoais e o que aconteceu foi dois agentes acompanharem-me até a casa e pedirem a ele para me deixar entrar. Acabei retirando a denúncia por medo e retornei para casa mais uma vez entregue a violência (ANA).

Após a primeira agressão, fui à delegacia, riram de mim e eu não prestei queixa. Anos depois quando fugi dele para fazer o processo de agressões e o divórcio, em 2013, nesse episódio fui bem atendida pela delegacia da mulher, que era uma salinha dentro da delegacia. Mas tive orientação e apoio. Gostaria que isso tivesse acontecido na primeira vez. Depois disso, toda vez que me ameaçava mesmo por telefone, eu prestava queixa. Quando mudei de cidade fui fazer ocorrência da mudança e de que ele fora avisado para não pôr o conselho tutelar me incomodando. Hoje possui medida protetiva que impede que ele chegue perto de mim, como prevê a Lei Maria da Penha (BEATRIZ).

Nunca denunciei, porém, em determinados episódios de violência onde necessitava de atendimentos, era orientada ir até a Delegacia de Polícia, porém, meu companheiro tinha amigos policiais que na época sempre o protegia (CATARINA).

Em uma das entrevistas realizadas, evidenciou-se a presença marcante do preconceito e o despreparo manifestado por autoridades e funcionários ao lidar com as usuárias em situações de violência. Esses obstáculos não apenas prejudicam a qualidade do atendimento, mas também constituem barreiras significativas que dificultam o acesso dessas mulheres à Justiça. Um aspecto alarmante dessa realidade é a tendência de culpabilizar as vítimas, considerando-as, equivocadamente, como causadoras da situação de violência que enfrentam.

Maia (2020) ressalta que a violência contra mulheres é enraizada em uma extensa história que se origina na cultura patriarcal colonizadora e nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Essa disparidade de poder e as representações de gênero, consideradas como características sociais e culturais historicamente atribuídas a homens e mulheres, acabam por se tornar naturalizadas. Segundo a autora, “essas dinâmicas são percebidas como partes habituais das relações, não despertando surpresa, indignação ou comoção” (MAIA, 2020, p. 221).

Autores renomados no campo da violência de gênero destacam a importância de enfrentar o preconceito institucional e a falta de preparo das autoridades. A socióloga brasileira Heleieth Saffioti, em sua obra *O poder do macho* (1994), aborda a construção social do gênero e como isso influencia nas relações de poder, incluindo aquelas permeadas pela violência doméstica. Saffioti (1994) ressalta a necessidade de conscientização das autoridades para superar estereótipos prejudiciais. De acordo com Mónica Montana Martínez Ribas *et al.*, (2020),

The scenario of subjugation of the female gender, the provision of differentiated treatment to women who suffer intrafamilial violence and/or any type of abuse, makes it essential to have



strictness and rigor in the enforcement of the law, so that there is an adequate understanding of the violence by the workers dealing with the victims.(p. 35).

Outra figura relevante é a jurista e ativista brasileira Debora Diniz, que em *Laços de violência: relações de gênero e exclusão no Brasil contemporâneo* (2005) explora as nuances das relações de gênero, expondo como as instituições muitas vezes reproduzem práticas discriminatórias. Ela destaca a urgência de capacitação e sensibilização das autoridades para lidar com casos de violência contra a mulher, de maneira mais eficaz e justa. Segundo Medtler e Cúnico (2022),

Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, ainda existem casos permeados por situações que ultrapassam o alcance da Lei Maria da Penha. Dessa forma, ocorre uma dicotomia entre aquilo que é assegurado pela legislação e o que é vivenciado pelas mulheres, evidenciando que apesar da existência da legislação, sua aplicabilidade ainda é falha e precisa ser aperfeiçoada principalmente no que diz respeito a proteção da vítima e garantia de seus direitos. Reitera-se a importância da articulação de uma rede de cuidados acerca da mulher vítima de violência em busca do fortalecimento e da reparação dos impactos de tal violência, visto que é uma problemática que abrange os setores de segurança, saúde, educação, bem-estar social e jurídico (MEDTLER; CÚNICO, 2022, p. 13).

Enfrentar o preconceito arraigado e a falta de preparo nas instituições é um passo fundamental para construir um ambiente verdadeiramente inclusivo e acessível à Justiça, especialmente para as vítimas. Tanto o preconceito enraizado quanto a falta de prontidão e sensibilidade nas estruturas institucionais têm sido barreiras significativas para aqueles que buscam apoio e reparação dentro do sistema judicial.

TENTATIVA DE ROMPIMENTO

A crença de que são amadas pelo companheiro, mesmo em um relacionamento violento, é uma triste realidade, para muitas mulheres. Essa percepção distorcida é resultado do ciclo da violência, no qual momentos de aparente carinho e afeto são intercalados com episódios de agressões. A manipulação emocional, por parte do agressor, pode fazer com que a vítima se sinta dependente emocionalmente dele, acreditando que a violência é uma forma de proteção, mesmo que seja claramente o contrário.

Além disso, o apoio de familiares e amigos, muitas vezes bem-intencionados, pode acabar sendo prejudicial, quando não compreendem a complexidade do relacionamento abusivo. A falta de entendimento sobre os mecanismos psicológicos do abuso pode levar essas pessoas a incentivar o retorno ao lar, acreditando que o amor pode superar a violência. Esse tipo de apoio inadequado dificulta, ainda mais, a decisão da mulher de romper com o agressor.



O cotidiano formado ao redor do ciclo da violência cria uma sensação de normalidade distorcida. A vítima pode internalizar a ideia de que a violência é uma parte inevitável do relacionamento e, portanto, fica constantemente desejando e acreditando na mudança do comportamento do companheiro. Essa esperança ilusória se torna uma força motriz para a vítima permanecer no relacionamento, mesmo diante de repetidos episódios de abuso.

Como resultado, as mulheres, muitas vezes, acabam reatando o relacionamento várias vezes, adiando o rompimento definitivo com o agressor. Esse padrão de idas e vindas reflete a complexidade emocional e psicológica do ciclo da violência, no qual a manipulação, o medo e a esperança entrelaçam-se, tornando extremamente difícil para a vítima tomar a decisão de se libertar. Ana, Beatriz e Catarina falam do ciclo de idas e vindas, no processo de tentativa de separação e retorno, como etapas da complexidade na qual se veem envolvidas, dentro de um relacionamento abusivo:

Muitas foram às vezes que nos separamos indo cada um para casa dos seus pais, mas, ou pela filha, ou porque havia sempre alguém a influenciar para nos juntarmos, porque não sabiam a verdade, ou pelo que chamávamos ‘amor’ acabávamos novamente juntos. Perdi a conta às quantas vezes que isso aconteceu. Simplesmente nos separávamos temporariamente indo cada um para casa da sua família. Não deram certo porque voltávamos sempre, por ‘amor’ (ANA).

Uma única, na primeira circunstância de agressão. Ficamos 45 dias separados, a pequena chorava muito de saudade do pai e eu o amava demais, iludida porque ele foi fazer tratamento psiquiátrico, achei que tudo mudaria e voltei (BEATRIZ).

Não houve. Sentia-me impotente, insegura e vivenciava valores religiosos que apregoavam o casamento ‘até que a morte os separe’ (CATARINA).

A teoria conhecida como Ciclo da Violência, desenvolvida por Lenore Walker (1979), oferece uma compreensão detalhada dos padrões em relacionamentos abusivos. Esse ciclo é composto por quatro fases interligadas. Inicialmente, há uma acumulação de tensão, em que os conflitos dentro do relacionamento se intensificam, levando a uma crescente tensão emocional entre os parceiros. A segunda fase é a explosão violenta, marcada pelo pico de violência física, emocional ou sexual pelo agressor. Em seguida, vem a fase da lua de mel, em que o agressor busca reconciliação, expressando arrependimento e prometendo mudança. No entanto, esse período de calma é breve, e o ciclo recomeça com o aumento da tensão.

Inicialmente, o parceiro expressa insatisfação, criando fantasias sobre a mulher e fazendo ameaças, desencadeando discussões e conflitos. Em alguns casos, isso se intensifica para agressões físicas, como empurrões, chutes e socos, quando o agressor não recebe a resposta desejada. Após esses episódios violentos, a vítima frequentemente busca apoio em seu círculo social. Em seguida, inicia-se a fase de reconciliação, com o agressor pedindo desculpas e se comportando de forma gentil para



reconquistar a confiança da mulher. No entanto, esse período de paz é breve, e o ciclo de violência tende a se repetir.

Os relatos coletados mostram que a decisão de relatar incidentes não acontece abruptamente. Os episódios de agressão se acumulam ao longo do tempo, especialmente em casos de violência física. Quando uma mulher decide sair, muitas vezes não se sente empoderada ou apoiada o suficiente para romper com o ambiente abusivo. Consequentemente, é comum que as vítimas retornem ao agressor várias vezes antes de encerrar definitivamente o ciclo de violência. Esse processo destaca a complexidade e os desafios enfrentados pelas vítimas ao tentarem escapar de uma situação de violência doméstica.

USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS PELO AGRESSOR

No estudo realizado, observa-se que a violência pode ser desencadeada pelo uso ou não de drogas, por parte do companheiro. No entanto, aqui não ficou explicitado que esta era a causa geradora das violências. As falas das participantes da pesquisa destacam:

Sim, o meu ex-companheiro fazia uso de drogas e álcool (ANA).

Não. Nada, nem álcool, nem drogas, nem remédios. Era só maldade desajuste emocional que tinha que ter um culpado (BEATRIZ).

Nunca fez uso de álcool ou quaisquer outras drogas (CATARINA).

De acordo com Silva *et al.* (2022, p. 4-7), “[...] o consumo de álcool pode influenciar no aumento de tensão entre o casal, interferindo no agravamento e na intensidade das agressões”. No entanto, nas narrativas, podemos perceber o uso de álcool e drogas em apenas uma das narrativas. As demais mulheres narram que, mesmo sem efeito de drogas, os companheiros eram agressivos, desta forma, aqui, não se aplicam o álcool e drogas como agravantes das situações de violência vivenciadas pelas duas mulheres. Vendruscolo e Fortunato (2020) reafirmam que a violência que muitas mulheres sofrem está associado ao álcool:

[...] Mulheres são agredidas física e psicologicamente por homens alcoolizados, que se sentem encorajados e desinibidos para descontar toda a sua frustração, raiva, insegurança e medo em pessoas fisicamente mais frágeis, como as mulheres e crianças. Ao consumir álcool os homens têm diminuído seu freio inibitório e agem sem pensar nas possíveis consequências negativas de seus atos

[...] Com a desinibição e a euforia provocada pelo consumo exagerado de álcool, os casos de violência praticados contra as mulheres aumentam, já que a impulsividade dos atos agressivos masculinos é majorada ao mesmo tempo que a capacidade de julgamento é reduzida. Isto, facilita



o descontrole comportamental que leva a agressão, sem pensar nas consequências, incluindo consequências criminais (VENDRUSCOLO; FORTUNATO, 2020).

Pode-se constatar que o uso excessivo de álcool é um dos causadores de violência contra a mulher. O álcool, além de ser um desinibidor a favor da violência doméstica, é o principal causador da destruição familiar, da violência sexual, da violência psicológica e do feminicídio de milhares de mulheres, no Brasil.

REDE DE PROTEÇÃO

A Teoria da Rede Social representa uma ferramenta poderosa para compreender as conexões humanas e seu impacto no empoderamento individual, especialmente no contexto do combate à violência doméstica contra mulheres. Esta teoria sublinha a importância das relações sociais no oferecimento de apoio emocional, na obtenção de recursos práticos e na disseminação de informações valiosas para mulheres que enfrentam situações de violência.

No contexto do empoderamento feminino e da luta contra a violência doméstica, as redes sociais desempenham um papel fundamental. Elas não apenas fornecem apoio emocional essencial, mas também representam fontes de acesso a recursos tangíveis. Em momentos de violência, essas redes podem oferecer abrigo seguro, orientação legal e diretrizes sobre como buscar assistência.

A obra *Social network analysis: methods and applications*, de Wasserman e Faust (1994) é um marco neste campo, oferecendo métodos e abordagens para compreender a estrutura e a dinâmica das redes sociais. Explora como as conexões entre indivíduos não só influenciam comportamentos, como também concedem acesso a recursos, como suporte durante situações de violência doméstica.

Embora essa obra não aborde especificamente a violência doméstica, oferece uma base teórica valiosa, para entender como as redes sociais podem ser mobilizadas como recurso fundamental na luta contra esse problema. Compreendendo a formação e a manutenção das conexões sociais, é possível identificar pontos de apoio e desenvolver estratégias para fortalecer essas redes, fornecendo suporte e orientação eficazes a mulheres em situações de violência. Em relação à relevância da Teoria da Rede Social, os recortes narrativos, a seguir, são ilustrativos:

Somente por parte de amigos ou família, mas que desconheciam a verdade sabiam que não nos dávamos bem, mas não sabiam da violência a que chegávamos, porém recebi atenção e força do meu atual companheiro (ANA).

Não, não havia apoio algum e eu era a pessoa que todos julgavam que isso jamais iria acontecer. Portanto, não percebiam ou não queriam perceber. Quando procurei pastor só foi falado e,



começado uma terapia de casal, mas tinha o meu pai que sempre relatava que estava disposto para o que eu precisasse (BEATRIZ).

Não havia na época nenhum tipo de trabalho voltado à proteção da mulher. Porém depois de longos e sofridos 19 anos, fui trabalhar como costureira a domicílio) com um juiz que atuava na Vara da Família. Quando meu então companheiro, descobriu, fui agredida fisicamente, onde fiquei com hematomas por todo meu corpo. Com muito medo do pior, já que fui ameaçada de morte, caso contasse ao tal juiz sobre a violência, tive o cuidado de calar. Não podendo me ausentar do trabalho, já que necessitava sustentar meus filhos e atuava no mercado informal, fui trabalhar sentindo fortes dores em todo corpo. Este motivo me deixou um tanto inquieta, percebido pela esposa do tal juiz. Ao ver os hematomas e a expressiva violência que meu companheiro causou naquele momento, juntamente com seu esposo me convenceram a dar fim na minha vida de violência. Recebi pela primeira vez o apoio, a proteção e a segurança necessária, para dar início ao processo de divórcio (CATARINA).

As experiências compartilhadas por Ana, Beatriz e Catarina ilustram de forma vívida a importância da rede primária de apoio, no enfrentamento da violência doméstica. Enquanto Ana destaca o papel crucial de seu atual companheiro, Beatriz e Catarina evidenciam a ausência de apoio inicial, destacando a complexidade das relações interpessoais durante períodos difíceis.

No relato de Beatriz, percebemos a falta de compreensão por parte de amigos e familiares, ressaltando como o estigma social pode obscurecer a realidade da violência. A busca por ajuda junto a um pastor e o início de uma terapia de casal revelam tentativas de encontrar suporte, mesmo que inicialmente inadequadas. Já Catarina, após anos de sofrimento, encontrou apoio inesperado ao trabalhar como costureira para um juiz da Vara da Família. Esse momento marcou o início de uma rede de apoio mais efetiva.

Essas histórias reforçam a relevância da rede primária como suporte emocional e como um recurso estratégico para superar a violência. A relação de confiança entre as vítimas e membros da família, amigos ou colegas desempenha um papel importante. No caso de Catarina, a intervenção da esposa do juiz e a posterior oferta de apoio e segurança foram determinantes para iniciar o processo de divórcio.

A Teoria da Rede Social, conforme proposta por *Social network analysis: methods and applications*, de Wasserman e Faust (1994), ganha vida nesses relatos. A análise das conexões sociais e do suporte mútuo evidencia como as relações interpessoais são fundamentais na jornada de empoderamento das mulheres. A interação entre essas experiências destaca a complexidade das redes primárias, desde sua ausência inicial até seu desenvolvimento e impacto positivo na superação da violência.

As narrativas de Ana, Beatriz e Catarina fornecem entendimentos valiosos sobre a importância vital da rede primária de apoio. Elas sublinham não apenas as dificuldades iniciais enfrentadas pelas



vítimas, mas também a transformação positiva que ocorre, quando relações interpessoais significativas se tornam verdadeiros alicerces no processo de empoderamento e superação da violência de gênero.

ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA

A vida de uma mulher aprisionada em um relacionamento permeado pela violência é uma jornada atravessada por um labirinto de desespero e tormento. Mesmo ciente das agressões, ela se vê envolvida numa rede de emoções conflitantes, aprisionada numa dinâmica sem aparente escape. A dor, profunda e intensa, entrelaça-se com a dificuldade avassaladora de romper com esse ciclo de violência.

Medtler e Cúnico (2022) sublinham a complexidade desse processo, evidenciando que a mulher compreende profundamente os estágios deste ciclo de abuso. Ela percebe que, mesmo após um período de aparente calma, tudo se reinicia. A ruptura com esse ciclo é uma empreitada hercúlea, que ultrapassa os limites de uma mera decisão, é um árduo caminho de conscientização dolorosa.

É somente quando essa consciência emerge, quando a mulher enxerga a trama complexa na qual está enredada, que a possibilidade de se libertar desse ciclo destrutivo começa a se esboçar. A tomada de consciência é o primeiro passo para se desembaraçar dessa armadilha, para almejar uma vida livre dessa espiral de violência. As narrativas constituem um testemunho dessa tomada de consciência:

A ruptura se deu por motivos pessoais tive que me separar dele por um período de um ano e sair de casa, esse foi sem dúvida o trampolim para cair na realidade e “abrir os olhos” para não me deixar violentar mais e colocar definitivamente um ponto final naquela relação. A paixão pelo meu atual companheiro foi sem dúvida a maior força para o divórcio e rumar à felicidade (ANA).

O relato de Ana sinaliza o momento de sua ruptura com um relacionamento tóxico, sua consciência de que estava se libertando, bem como sua abertura a um novo relacionamento. Já a narrativa de Beatriz atesta a sua fragilidade psicológica, diante de tanto sofrimento, e a luta pela sua libertação do marido agressor, encontrando na fuga a saída, não só do lugar onde se encontrava, mas de toda uma situação atroz:

Sim, às vezes nem sei como. Meu pai sempre me dizia ao telefone que a casa dele era minha casa e de minhas filhas. Passei mais de seis meses depois que percebi que deveria fugir tentando achar uma maneira, mas em todas ele me acharia, eu não tinha dúvida alguma que ele cumpriria com a promessa de nos matar. Ao mesmo tempo tinha necessidade de ser uma pessoa boa, não poderia arquitetar um plano por trás. Aí aconteceu num sábado onde eu não tinha mais vida nenhuma, não sei como ainda respirava, foi o fundo do poço, é pouco, acho que já estava beirando o inferno. Uma voz ecoava dentro de mim: “se eu anoitecer em Salvador eu não amanheço”, isto ecoava sem parar, meu raciocínio estava toldado. Eu sabia que tinha que ir embora naquele dia. Comprei duas passagens de avião Salvador Porto Alegre e raspei todo dinheiro que tinha em



casa. Arrumei minha mala e da pequena N. enquanto ele estava fora fugi. Sem Saber o que estava fazendo, apenas fazendo. Os dois meses seguintes foram via sacra de delegacia fórum promotoria, tentando resgatar minha filha que ficou pra trás. Não teve jeito. “Uma noite “me armando de coragem que não tinha peguei o telefone e liguei” me põe ela no avião este fim de semana ou segunda estarei aí e não me importa se tu me matar, mas antes conto pros teus pacientes que tu não é médico”. Consegui minha filha de volta. Por mim só (BEATRIZ).

Catarina, por sua vez, revela o desespero para se libertar de um relacionamento abusivo, chegando a aceitar o acordo de não recebimento de pensão alimentícia aos sete filhos, mesmo que, juridicamente, isso lhe fosse deferido em juízo:

Rompí com a violência depois de 19 anos, me divorciei sob pressão, já que meu então companheiro não queria dar o divórcio. Este só ocorreu, devido ao acordo verbal, de que, mesmo assinando pagamento de pensão, ele não repassaria a pensão aos filhos. Na ânsia de me libertar do ciclo de violência vivido, aceitei de imediato o acordo. Sendo assim nunca pagou pensão alimentícia a sete filhos criança e adolescentes, que terminei de criar (CATARINA).

As falas de Ana, Beatriz e Catarina refletem histórias dolorosas de mulheres que enfrentaram situações extremas de violência e abuso em relacionamentos. Cada uma revela um caminho distinto para romper com o ciclo de violência.

Ana menciona que sua separação temporária e o afastamento de casa foram o catalisador para ela “abrir os olhos” e finalmente se libertar da relação abusiva. Ela destaca que o apoio e a paixão por seu atual companheiro foram forças decisivas para buscar o divórcio e sua própria felicidade.

Beatriz descreve um período intenso de tentativas de fuga e medo extremo. Ela relata um momento de profundo desespero, um “fundo do poço”, no qual sentia que não teria mais vida. Sua fala enfatiza a angústia, o medo pela própria vida e a decisão desesperada de fugir para proteger a si mesma e à filha pequena. O relato mostra a intensidade do desespero e a determinação de lutar por sua segurança e da filha.

Já Catarina destaca a pressão enfrentada no processo de divórcio, revelando um acordo feito para obter a separação, mesmo que significasse abrir mão da pensão dos filhos. A ânsia de se libertar do ciclo de violência a levou a aceitar o acordo para conseguir a separação, apesar das consequências e do desamparo financeiro dos filhos.

As histórias dessas mulheres destacam a complexidade, os desafios e as dificuldades enfrentadas por quem busca romper com relações abusivas. Revelam a coragem, a força e a resiliência necessárias para superar o ciclo de violência, cada uma encontrando seu próprio caminho, a fim de se libertar dessas situações extremamente dolorosas.



(RE)CONSTRUINDO UM FUTURO DE SONHOS

A violência prolongada deixa marcas profundas e duradouras na vida das mulheres que a enfrentam. Para muitas delas, os traumas e os medos decorrentes dessas experiências podem levar anos para serem superados. No entanto, uma dimensão fundamental que se destaca nas histórias dessas três mulheres é a independência econômica que possuíam em relação aos agressores. Esse elemento foi essencial para romper com o ciclo de violência e reconstruir suas vidas, de forma independente.

A autonomia financeira conferiu a essas mulheres a capacidade de tomar decisões livres da influência do agressor. Esse poder de escolha permitiu que buscassem apoio emocional, psicológico e jurídico, quando decidiram interromper o ciclo de violência. A liberdade proporcionada pela independência financeira, não só facilitou o acesso a recursos essenciais, mas também fortaleceu a autoconfiança e a autoestima dessas mulheres, concedendo-lhes a coragem necessária para dar o passo crucial rumo à libertação.

Ademais, a ausência de dependência econômica deu a elas a liberdade de trilhar seu próprio caminho, sem estarem aprisionadas em relacionamentos tóxicos, apenas por questões financeiras. Essa independência não somente serviu como um refúgio seguro, quando optaram por deixar seus agressores, como também representou um alicerce sólido para reconstruir suas vidas e retomar o controle sobre seus destinos.

Ter uma fonte de renda própria não foi apenas uma questão de sustento material; foi um fator determinante para a recuperação emocional e para a construção de um futuro livre de abusos. A independência econômica revelou-se como um dos pilares mais cruciais na jornada de libertação dessas mulheres, concedendo-lhes a liberdade e o poder de criar um novo capítulo em suas vidas. As vozes, registradas, a seguir, revelam as perspectivas dessas mulheres, que se mostram abertas às novas possibilidades de vida, após a ruptura com seus agressores:

Continuar a ser feliz como passei a ser e ter muita saúde para aproveitar o que ainda quero viver e sei que mereço. Amar e ser amada. Fazer tudo o que não consegui fazer durante 21 anos de inferno. Muitos deles já foram conseguidos: estudei, que foi sempre o meu maior sonho, formei e fui colega da minha filha, não voltar a deixar que homem algum me faça passar por qualquer tipo de violência. Ser sempre a Mulher em que me consegui tornar (ANA).

Hoje sou uma pessoa feliz, faço tratamento para depressão, utilizo vários medicamentos, mas me considero feliz, pois estou bem empregada, fazendo CNH, minha casa é arrumadinha, me sinto bem e bem-sucedida. Quero fazer cursinhos que me deem aumento salarial e a faculdade que não tenho ainda. Penso sobre quando me aposentar em poder ir pra Israel (sou judia) trabalhar em um *quitutz* e depois ter uma vida tranquila numa prainha do nordeste com um projeto social (BEATRIZ).

Após o divórcio, mudei de cidade. Aos poucos fui rompendo as dificuldades financeiras, já que meus filhos foram crescendo. Mesmo com muitas dificuldades, tornei-me uma mulher muito independente e destemida. Divorciada desde 1979, nunca mais me casei, pois relacionei



casamento a sofrimento. Em todo este período vivi basicamente para e com os filhos (CATARINA).

A violência deixa marcas profundas e duradouras na vida das mulheres que a enfrentam, e cada uma expressa as marcas dessa experiência traumática de maneira distinta. As histórias dessas três mulheres evidenciam a diversidade de suas jornadas, após enfrentarem a violência. Como afirma Silva:

As mulheres sobreviventes presenciaram experiências de violência de gênero que afetam tanto seu corpo físico quanto seu estado psicológico, como dito, interiorizam muitas vezes uma culpa que não é delas e acreditam serem responsáveis pelas violências sofridas. Ouvem corriqueiramente frases acusatórias de seus agressores por não serem boas mães ou esposas exemplares, por vestirem roupas que parecem vulgares, por não agirem conforme se é esperado pela sociedade e por fracassarem em seu casamento (2021, p. 21).

A jornada dessas mulheres é um testemunho vivo da resiliência humana diante de adversidades cruéis. Apesar das marcas da violência persistirem, elas conseguiram romper o ciclo do abuso, nutrindo sonhos de um futuro mais promissor, repleto de felicidade e serenidade. No entanto, essa trajetória não é isenta de desafios singulares. Catarina busca reconstruir sua vida amorosa após dedicar anos aos filhos, enquanto Beatriz enfrenta diariamente a batalha contra a depressão e a dependência de medicamentos. Essas cicatrizes emocionais, embora invisíveis aos olhos, são profundamente reais.

O que se destaca é a relevância da rede de apoio que essas mulheres encontraram durante seu processo de cura. Tanto as relações próximas, constituídas por familiares e amigos, quanto as redes de suporte secundárias, representadas por profissionais e organizações sociais, foram fundamentais. Essa rede amorosa e compreensiva auxiliou-as a recuperar a autoestima, a reconstruir laços familiares e a reintegrar-se na sociedade.

Essas narrativas não são apenas testemunhos de dor, mas relatos inspiradores de resiliência e perseverança. Elas ressaltam a importância de apoiar as sobreviventes de violência doméstica, oferecendo palavras de incentivo e ações concretas para guiá-las em direção a um futuro onde a paz e o amor possam prevalecer. Essas histórias mostram que, mesmo nos momentos mais sombrios, a esperança pode brilhar, orientando-as para um novo amanhecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres é uma manifestação das profundas desigualdades históricas entre os gêneros, arraigadas no sistema patriarcal que, por muito tempo, predominou na estrutura social. No Brasil dos anos 70, o movimento feminista emergiu com força, exigindo condições de vida mais justas e



o pleno reconhecimento dos direitos fundamentais das mulheres. Um marco nesse movimento foi a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, representando um avanço ao oferecer atendimento multidisciplinar às vítimas e agressores, além de centros de reabilitação.

Frente a isso, o propósito deste estudo foi trazer à tona as vozes das mulheres, permitindo a compreensão de suas vivências e estratégias para superar a violência doméstica. A partir das histórias compartilhadas por três mulheres, emergiram relatos impactantes. Elas descreveram uma trajetória permeada por diversos tipos de violência perpetrada por parceiros íntimos: violência psicológica, física e patrimonial. As consequências foram profundas, gerando medo, insegurança, perda de autonomia e submissão, moldando dinâmicas familiares marcadas por repressão, ciúmes, discussões e agressões.

É relevante destacar que a maioria dessas mulheres não experimentou violência doméstica na infância, sendo essa introduzida durante o relacionamento conjugal, inicialmente afetuoso, transformando-se em um contexto violento e perigoso com o tempo. O processo de consciência em relação à violência sofrida foi um passo significativo para romper com o ciclo de agressões. No entanto, relataram como os parceiros prometiam mudança, após os episódios violentos, revivendo momentos de lua de mel, antes de retornar à tensão e à explosão, reiniciando o ciclo de violência.

O caminho para o rompimento com o agressor foi complexo, exigindo meses ou até anos. Esse percurso foi permeado por dúvidas, medos e uma dependência significativa do apoio emocional, familiar, dos amigos e dos profissionais com quem mantinham contato.

A violência doméstica deixa cicatrizes profundas, não apenas emocionais, mas também físicas. As dores no corpo e na alma refletem a magnitude das desigualdades de poder presentes na sociedade. Essas marcas são testemunhos constantes, perturbadores, provocando dor, vergonha e trazendo à tona memórias angustiantes.

As mulheres que enfrentaram a violência doméstica estão passando por um processo notável de empoderamento. Elas não apenas sobreviveram a situações de extrema dificuldade, mas também expressam aspirações genuínas por um futuro mais promissor e de qualidade. O fato de romperem com o ciclo da violência foi, em grande parte, possibilitado pelo suporte oferecido pelas redes de atendimento primárias e secundárias. Essas redes não só forneceram assistência prática, mas também um apoio emocional fundamental para que essas mulheres pudessem tomar decisões importantes e dar passos firmes em direção à libertação e à reconstrução de suas vidas.

Entretanto, enquanto celebramos esses avanços individuais, é crucial compreender que a erradicação da violência contra a mulher e a desconstrução das estruturas patriarcais requerem mudanças profundas e sistêmicas em nossa sociedade. Essa transformação não se limita a uma mudança



de atitudes individuais, mas requer uma redefinição de como os gêneros são percebidos e tratados em todos os níveis da nossa comunidade.

Uma das pedras angulares para alcançar essa mudança é a promoção de uma educação verdadeiramente igualitária. Isso significa educar, desde cedo, incentivando a compreensão e o respeito mútuo entre homens e mulheres, quebrando estereótipos de gênero arraigados e abrindo espaço para uma visão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero. Discutir questões de gênero de forma aberta e franca nas escolas, universidades e em todos os espaços educacionais é fundamental para moldar as mentes das futuras gerações e promover relações mais saudáveis e igualitárias.

Além disso, é crucial que haja uma colaboração efetiva entre o governo, as instituições de ensino e a sociedade em geral. Isso implica em esforços coordenados e políticas públicas que promovam, não apenas a igualdade de gênero, mas também ofereçam suporte e recursos adequados para combater a violência doméstica em todas as suas formas. Essas ações colaborativas devem abranger, não somente a esfera educacional, como também iniciativas culturais, campanhas de conscientização e apoio direto às vítimas.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre da violência de gênero, é um objetivo que requer um compromisso coletivo e contínuo. É uma jornada que exige mudança de leis e políticas, assim como também a transformação de mentalidades e ações individuais. No entanto, ao investir em educação igualitária e colaboração entre todos os setores da sociedade, estamos pavimentando o caminho para um futuro, no qual todas as pessoas, independentemente do gênero, possam viver com dignidade, respeito e segurança.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. R.; SILVA, N. R. **História de vida em pesquisas qualitativas**: o caso de Beatriz. Marília: Editora Oficina Universitária, 2022.

ARAÚJO, D. L. *et al.* "Violência doméstica na gestação: aspectos e complicações para mulher e o feto". **Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás "Candido Santiago"**, vol. 6, n. 1, 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2023.

DINIZ, D. **Laços de violência**: relações de gênero e exclusão no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência**: Relatório anual da secretaria de políticas para as mulheres: SPM (2023). São Paulo: FBSP, 2023.



FERREIRA, J. S. A. *et al.* **Impactos da violência doméstica no desenvolvimento infantil e adolescente.** Anápolis: UniEVANGÉLICA, 2020.

GELLES, R. J. **Intimate Violence in Families.** London: Sage Publications, 1997.

JOSHI, R. K. *et al.* “Prevalência e determinantes da violência emocional enfrentada por mulheres casadas em Delhi, Índia: um estudo transversal”. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, vol. 12, 2023.

MAZZEU, K. C. “A rotina silenciosa de violência contra a mulher: conheça as formas de violência exemplificadas na Lei Maria da Penha”. **Blog Mazzeu Zatiti** [2023]. Disponível em: <www.mazzeuzatiti.com.br>. Acesso em: 20/11/2023.

MEDTLER, J.; CÚNICO, S. D. “Violência contra a mulher: onde começa e quando termina?”. **Pensando Famílias**, vol. 26 n. 1, 2022.

MORIÑA, A.; GALÁN CASADO, D. “Investigar con historias de vida: metodología biográfico-narrativa”. **Revista Interuniversitaria**, vol. 29, 2017.

MOURA, M. K. N. **Eu tirei a minha cerca:** um estudo sobre os prejuízos para a autoestima da mulher em situação de violência psicológica (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Psicologia). Alagoas: UFAL, 2022.

MULLENDER, A. *et al.* “Children's needs, coping strategies and understandings of woman abuse (award no: 1129 25 1037)”. **Academia.edu** [2020]. Disponível em: <www.academia.edu>. Acesso em: 24/11/2023.

OMS - Organização Mundial da Saúde. “Violência contra as mulheres”. **OMS** [2015]. Disponível em: <www.paho.org>. Acesso em: 20/11/2023.

RIBAS, M. M. M. *et al.* **Feminicide in the state of Roraima, Brazil.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

RIBEIRO, J. S. L.; SOUZA, J. H. A. “Serafina Dávalos: lutas, logros e silenciamento”. **Boletim Conjuntura (BOCA)**, vol. 10, n. 30, 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994.

SANTOS, A. F. *et al.* “Entrevista semi-estruturada: considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa”. **Anais do XXIX Seminário de Iniciação Científica.** Ijuí: UNIJUÍ, 2021.

SANTOS, C. K. B. **Violência doméstica:** medidas de enfrentamento apresentadas na Lei Maria da Penha e as iniciativas de combate em Santa Catarina (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito). Florianópolis: UFSC, 2020.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. “Gender violence and the application of the Maria da Penha law to trans women in Brazil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021.

SOUZA, C. S.; NASCIMENTO, F. L. “Feminicídio e a pandemia da covid-19: perícia criminal e a tipificação do crime de violência de gênero no direito”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 17, 2021.



STARK, E.; GRUEV-VINTILA, A. “Violence conjugale: pourquoi la notion de ‘contrôle coercitif’ pourrait produire plus de justice. **ResearchGate** [2023]. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em: 24/11/2023.

VALLE, L. “O que é e como se manifesta a violência psicológica?”. **Instituto Claro** [2023]. Disponível em: <www.institutoclaro.org.br>. Acesso em: 20/11/2023.

VENDRUSCOLO, L.; FORTUNATO, T. “Álcool e violência: uma combinação tóxica contra a mulher”. **Instituto dos Advogados de Santa Catarina** [2020]. Disponível em: <www.iasc.org.br>. Acesso em: 20/11/2023.

WALKER, L. E. **The Battered Woman**. New York: Harper and Row Publishers, 1979.

WASSERMAN, S; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WESTMARLAND, C. M. N. “Kaleidoscopic justice: Sexual Violence and Victim-Survivors’ Perceptions of Justice”. **Sage Journals, Social and Legal Studies**, vol. 28, n. 2, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 47 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima